

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.366 - SP (2018/0200707-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **MARIO JEFFERSON GOMES DE ARAUJO**
ADVOGADO : **EDUARDO FERRARI GERALDES - SP215741**
RECORRIDO : **ESTADO DE SÃO PAULO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**
INTERES. : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE SÃO PAULO**
OUTRO NOME : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 57A SUBSEÇÃO GUARULHOS**
ADVOGADO : **EDUARDO FERRARI GERALDES - SP215741**
INTERES. : **SAMUEL CHAVES DE ALCANTARA**
ADVOGADO : **MARIO JEFFERSON GOMES DE ARAUJO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP289432**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por **MARIO JEFFERSON GOMES DE ARAUJO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa registra:

"Ementa: Mandado de segurança Violação a direito líquido e certo - Inocorrência - Decisão que aplicou multa a advogado, com espeque no art. 265 do CPP Admissibilidade Não comparecimento ao plenário do júri, sem justo motivo Abandono indireto da causa configurado - Profissional intimado a se justificar - Possibilidade de defesa presente Precedentes Ordem denegada." (e-STJ, fl. 321).

Narram os autos que o recorrente foi nomeado através do convênio DPE/OAB para atuar nos autos da Ação Penal n. 0000211-95.2014.8.26.0535, em trâmite na Vara do Júri da Comarca de Guarulhos em defesa do réu Samuel Chaces de Alcantara, a fim de realizar a sua defesa perante o Tribunal do Júri.

Afirma o recorrente que, em virtude do exíguo tempo entre a nomeação e o julgamento, não teve tempo hábil para elaborar a defesa condizente com a gravidade dos fatos, o que culminou com o não comparecimento à solenidade. Em razão disso, mesmo após as justificativas por ele apresentadas, a magistrada aplicou multa no valor de 17 salários mínimos, por abandono da causa, nos termos do art. 265 do CPP.

Sustenta que "a multa aplicada é ilegal e causa constrangimento ilegal ao Recorrente, ferindo seu direito líquido de atuar com liberdade e destemor perante o Poder Judiciário, especialmente, pois jamais abandonou o processo injustificadamente, pelo contrário, resta claro que renunciou o mandato judicial" (e-STJ, fl. 349).

Alega, ainda, a inconstitucionalidade do art. 265 do CPP, por violar o art. 133 da Constituição Federal.

Requer, sede liminar, o sobrestamento de qualquer procedimento administrativo de cobrança da penalidade. No mérito, postula o provimento do recurso para que seja anulada a multa aplicada pelo Juízo de primeiro grau.

Contrarrazões à fl. 360 (e-STJ). Admitido o recurso (e-STJ, fl. 368).

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 393-394).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 401-403).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do regramento legal. A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265, *CAPUT*, DO CPP. INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO. RENÚNCIA APRESENTADA APÓS A APLICAÇÃO DA PENALIDADE. EFEITOS.

1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que não se vislumbra a inconstitucionalidade do art. 265, *caput*, do CPP, ou ofensa aos princípios do juiz natural, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, em se tratando de sanção de natureza processual, incluindo-se na esfera de discricionariedade regrada do juiz natural do processo.

(...)

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 33.024/RO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe 17/3/2015.)

Do mesmo modo, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP.

Nesse sentido, os seguintes julgados deste STJ:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO DA CAUSA. ILEGALIDADE DO ATO. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. PROVIMENTO NEGADO.

1. **Muito embora o advogado tenha tomado ciência inequívoca da nova data para o ato, assinando, inclusive o termo da audiência, a ele não compareceu, nem tampouco cuidou de suscitar suposta nulidade quando intimado para apresentar memoriais. Preferiu quedar-se silente, sem qualquer justificativa.**

2. Assim, a decisão do juízo devidamente fundamentada, acolhendo pedido feito pela Defensoria Pública de imposição de multa ao causídico, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, não ofende direito líquido e certo do advogado porquanto caracterizado o abandono da causa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no RMS 52.551/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. INTIMAÇÃO, POR DUAS VEZES, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. INÉRCIA INJUSTIFICADA. PENALIDADE DEVIDAMENTE MOTIVADA. EXISTÊNCIA DE ACORDO PESSOAL ENTRE DOIS DOS PATRONOS DA CAUSA QUE NÃO EXIME NENHUM DOS DOIS DE APRESENTAR PETIÇÃO EM JUÍZO RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AO MANDATO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da constitucionalidade do art. 265 do Código de Processo Penal. Dessa forma, enquanto não sobrevier decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário, não há qualquer óbice à aplicação da multa trazida no artigo em comento. Precedentes.

2. Configura-se o abandono do processo se os patronos do réu, embora intimados por duas vezes para apresentara alegações finais, assim como da possibilidade de aplicação da multa do art. 265 do CPP em caso de inércia injustificada, quedam-se silentes, somente vindo a peticionar nos autos quase um ano depois, alegando não mais representar.

3. Situação em que, embora a impetrante e o advogado que representava o réu afirmem terem sido dispensados de seus serviços em 14/07/2015, somente comunicaram tal dispensa ao juízo em 19/04/2017. E, contradizendo sua alegação, o colega da impetrante peticionou, em carta precatória, requerendo adiamento da audiência para interrogatório do réu, em 13/04/2016.

4. Um acordo pessoal entre a ora recorrente e o outro causídico que, juntamente com ela, figurava como representante da parte em ação penal não a exime da obrigação, da qual tem ciência até por dever de ofício, de renunciar expressamente ao mandato que lhe fora outorgado, comunicando tanto seu cliente quanto o Juízo.

Se não o fez, deve responder pelas consequências de sua postura, valendo seu acordo, no máximo, para pleitear do seu antigo chefe o ressarcimento da multa a si imposta.

5. Recurso a que se nega provimento."

(RMS 56.179/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018, grifou-se).

No caso em exame, a Juíza aplicou a multa, no seguintes termos:

"Vistos. Inicialmente, observo que a redesignação da solenidade que se realizaria em 01/06/2017, para o dia 11/07/2017, conforme despacho à fl. 345, foi feita a pedido do próprio Defensor nomeado, em 29/05/2017.

Evidentemente, realizando o requerimento de redesignação, às vésperas da solenidade, incumbia ao Patrono do acusado verificar se a audiência designada havia sido mantida ou, caso contrário, se havia sido aceito seu pedido, inclusive para saber se havia necessidade de comparecer ao Fórum na referida data.

Sem prejuízo, conforme foi pontuado na decisão proferida à fl. 373,

os andamentos processuais revelam que o Defensor nomeado teve ciência da data da solenidade marcada para 11/ 07/2017, vindo, inclusive, a retirar os autos em carga. A retirada dos autos se deu na data de 06/ 07/ 2017, conforme certificado à fl. 364. Nesse contexto, caso entendesse haver motivo plausível para nova redesignação da solenidade, cabia ao Nobre Advogado pleitear tal medida a este Juízo, antecipadamente ou, por absoluta impossibilidade, na primeira data em que tal se revelasse possível, comprovando seu impedimento. Não foi, contudo, o que sucedeu no caso, já que os autos permaneceram em seu poder até às vésperas da solenidade, vindo a ser determinada a expedição de mandado de busca e apreensão (fls. 365/367); posteriormente, foi constatada a ausência do Advogado na sessão realizada, sem prévia justificativa (fls. 378/385). A serventia certificou as tentativas de contato com o Nobre Advogado, inclusive via e-mail encaminhado em 31 de maio de 2017 e expedição de mandado de intimação (fls. 346/348 e 356), sendo certificado, pelo Oficial de Justiça, que não o encontrou, nem foi atendido por outra pessoa no local, em mais de uma diligência realizada (fl. 395). Ademais, na própria data para a qual havia sido redesignado o ato, foi tentado novo contato pela serventia, sem sucesso (fls. 374). O Nobre Advogado somente veio a se manifestar nos autos no dia 28/ 07/ 2017, após ser intimado para apresentar justificativa quanto ao não comparecimento (fls. 397/398). Evidentemente, cabe aos Advogados propiciar meios para que sejam contatados, em atendimento aos princípios da lealdade e da boa -fé processuais, bem como proceder ao regular acompanhamento dos processos quando formularem requerimentos de redesignação, mormente para saber se é necessário ou não seu comparecimento na data fixada para a solenidade processual, notadamente quando atuarem em defesa de réus presos.

Ademais, tratando-se de réu preso, as redesignações causam impacto não só na custódia preventiva como, também, na movimentação de todo o aparato estatal necessário a assegurar seu comparecimento em Juízo, somente podendo ser admitidas quando plenamente justificadas e, como regra, efetuadas antecipadamente, salvo motivo que o impeça. Por fim, assinalo que eventuais reclamações acerca da Vara são de desconhecimento desta Magistrada. Desse modo, rejeito a justificativa apresentada pelo Nobre Advogado nomeado para a defesa do réu pelo convênio DPE/ OAB. Com fulcro no artigo 456 do Código de Processo Penal, oficie-se à Ordem dos Advogados do Brasil, com cópia de fls. 345/348, 356/358, 364/382, 394/395, 397/40 e da presente decisão, para as providências que entender cabíveis. Sem prejuízo, por se tratar de nomeação via convênio, oficie-se à Defensoria Pública para ciência e eventuais providências pertinentes. Nos termos do artigo 265 do CPP e considerando que o abandono da causa incluiu a ausência do Defensor nomeado à solenidade designada para 11/07/2017, que havia sido redesignada a seu pedido, bem como que o processo envolve réu preso, de tal modo que houve maior prejuízo ao andamento do feito e dispêndio de recursos públicos para a realização de nova solenidade, aplico ao defensor multa correspondente a dezessete salários mínimos.

Quanto à representação do acusado, verifica-se que a Defensoria Pública já a reassumiu, sendo desnecessárias outras providências nesse aspecto. Expeça-se o necessário. Intime-se."

Como se vê, o recorrente foi nomeado em 18/5/2017 para defender dativamente os interesse do réu. Em 29/5/2017, o advogado peticionou informando ter tomado ciência de sua nomeação via *email* e pleiteou a redesignação da plenária, o que foi atendido, sendo remarçada para 11/7/2017. Retirados pelo causídico em 6/7/2017, os autos foram devolvidos em 10/7/2017, oportunidade em que o advogado pugnou por nova redesignação do Tribunal do Júri, ao argumento de que "apenas tomou ciência da redesignação da audiência aos 06.07.17 e que não havia tempo hábil para o estudo aprofundado do caso", o que foi indeferido pela magistrada. No dia designado, o Júri não aconteceu em razão da ausência do defensor dativo nomeado, ora recorrente. Assim, a Juíza remarcou a sessão plenária para o dia 15/8/2017 e nomeou a defensoria pública para atuar no caso.

A defesa afirma que, em virtude do exíguo tempo entre a nomeação e o julgamento, não teve tempo hábil para elaborar a defesa condizente com a gravidade dos fatos, o que culminou com o não comparecimento à solenidade. Tais circunstâncias, entretanto, não justificam a inércia do advogado. Isso porque o Juízo de primeiro grau tentou, por várias vezes, localizar o recorrente, pessoalmente, em seu escritório, bem como por *email* e telefone, não obtendo sucesso. Outrossim, ele estava plenamente ciente da data da sessão plenária marcada para 11/7/2017, porquanto retirou dias antes do autos em carga.

Com efeito, a postura do defensor em não comparecer à audiência redesignada a seu pedido consiste em verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao erário e a terceiros, visto que o julgamento só não ocorreu, exclusivamente, diante da sua ausência na sessão plenária do Júri.

Desse modo, não se verifica ilegalidade ou ofensa à direito líquido e certo do recorrente.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifiquem-se o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator